

Retaliação

Sarney planeja reforma para governar sem os partidos

Janio de Freitas

Melhor do que o esperado

Ao se encerrar o trabalho da Comissão de Sistematização da Constituinte, o mínimo a dizer é que os resultados ali produzidos, se consideradas as pressões todas que se abateram sobre seus integrantes, compõem uma surpresa muito positiva, que algum excesso e alguma escassez, em um ou outro ponto, não chegam a macular.

A Sistematização foi alvo, durante toda a sua atividade, de uma campanha de desgaste ininterrupta, sempre impiedosa e muitas vezes sem qualquer resíduo de seriedade. Nenhum dos setores que atuaram esta campanha, no entanto, está mais imune a críticas e denúncias do que a Sistematização. Muito ao contrário, os mais intensos propósitos desmoralizadores da Sistematização provieram de setores que praticam ou acobertam o que há de mais contrário à moralidade pública e privada, de mais alheio aos interesses do país e mais apegado a inconfessáveis interesses particulares.

Do primeiro ao penúltimo dia, a Sistematização esteve submetida às manobras originárias do Planalto para tumultuá-la, submetê-la, corrompê-la. Os ministros militares, em particular o do Exército e o da Aeronáutica, com triste frequência procuraram reviver o papel de seus congêneres do regime passado, dirigindo à Sistematização declarações de claro intuito atemorizador. Note-se, a propósito, que os militares, como um todo, guardaram reconfortante silêncio.

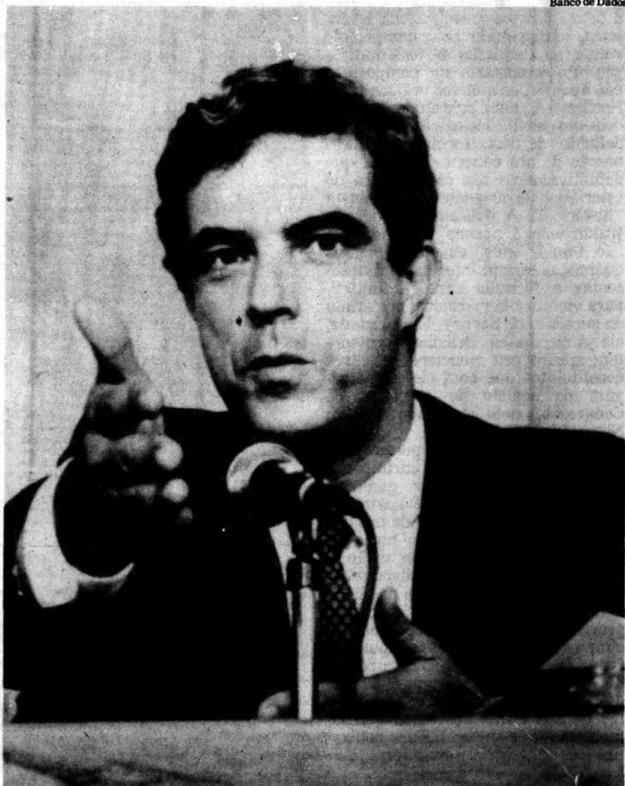
O projeto de Constituição que vai agora a plenário está longe, bem

longe, do reclamado pelas potencialidades do país. É uma Constituição tipicamente brasileira, pois. Insuficiente como a aplicação do empresarialismo, como as atividades científicas, intelectuais ou assim pretendidas, como tudo, enfim, no Brasil — exceto a pobreza, física, moral ou cultural. Mas nenhuma daquelas atividades está submetida à torrente de forças contrárias que a Sistematização experimentou. Avaliá-la ou à maioria dos seus integrantes, portanto, sem levar em conta as penosas condições sob as quais se desenvolveu seu trabalho, denota, quando menos, as mesmas deficiências de que a Comissão e seus componentes foram acusados ao longo de meses.

Além do mais, há um fator positivo de grande importância a observar-se na Sistematização, mas não encontrado nos seus adversários mais azedados: é a consciência de suas imperfeições, a partir da qual já seus integrantes elaboram as correções ou aprimoramentos em plenário.

Não esqueçam

Aguarda-se esclarecimento urgente do Planalto, para pacificar almas inquietas com justo motivo: os deputados João Cunha (PMDB-SP), Fernando Gasparian (PMDB-SP), José Jorge (PFL-PE), Manoel Moreira (PMDB-SP), Nilson Gibson (PMDB-PE), Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e todos os demais que fizeram acordo com o presidente Sarney para votar pelos cinco anos, com a derrota vão ter esquecidas as compensações?



O ministro-chefe do Gabinete Civil, Costa Couto (na foto, em maio passado)

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney planeja fazer uma reforma administrativa que poderá inclusive acarretar a demissão de alguns ministros, mas atingindo principalmente o segundo e terceiro escalões. O presidente disse a auxiliares, ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto e ao governador Álvaro Dias que "está livre para governar como bem entender, sem as amarras dos últimos meses", e que isso terá reflexos, inclusive, na negociação da dívida externa.

O presidente José Sarney pretende formar agora sua própria equipe de governo, independente de PMDB ou PFL. Costa Couto e o governador do Paraná, Álvaro Dias (PMDB), que estiveram ontem com o presidente, informaram que a demissão de Inácio Mamana do cargo de presidente da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) não foi "um ato político", mas sim um "ato administrativo". Álvaro Dias disse que vai indicar o substituto, pois "o Paraná produz 25% dos grãos do país e tem legitimidade para indicar o titular deste cargo". Acrescentou que a demissão de Mamana decorre de fatos administrativos graves, e que "será aberto inquérito na CFP para apurar tudo".

O presidente José Sarney considera que as pesquisas que recebia de seus auxiliares sobre a votação da duração de mandato na Comissão de Sistematização indicavam que havia parlamentares que mudavam de posição a cada semana. O presidente

está irritado com alguns constituintes que, dias antes da votação, garantiram a ele que votariam pelos cinco anos, mas mudaram de idéia sem avisá-lo. Na reunião que manteve domingo logo após a votação com auxiliares, no Alvorada, Sarney ouviu críticas duras do ministro Antônio Carlos Magalhães contra o deputado Francisco Dornelles, que lhe havia prometido votar pelos cinco anos e a quem Antônio Carlos classificou de "traidor", e do ministro Abreu Sodré, das Relações Exteriores, contra a deputada Sandra Cavalcanti. "Essa mulher é uma traidora sem palavra, ela me garantia que iria votar nos cinco anos", dizia Abreu Sodré para Sarney, irritado. Antônio Carlos criticou também a "omissão" do deputado Ulysses Guimarães.

Em conversas com auxiliares, amigos e ministros, Sarney tem dito que sentia-se um prisioneiro do PMDB, que nunca o deixou montar sua própria equipe e que impediu o pacto social que ele propôs por duas vezes, a fim de "manter a hegemonia do poder". Sarney tem dito também que "dois terços da Comissão de Sistematização são contra mim e meu governo, apesar de ter cargos e participar do governo". O ministro Prisco Vianna, que esteve no Palácio do Planalto à tarde, disse que "virão novidades por aí", sem entrar em detalhes sobre a possível retaliação do presidente contra os que trabalharam pelo mandato de quatro anos. O presidente Sarney também tem se queixado de que, com algumas exceções, o atual ministério é "indiferente" ao futuro de seu governo.

Demitido da presidência da CFP amigo pessoal de Richa

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Companhia de Financiamento da Produção, Inácio Mammana Neto, foi demitido ontem do cargo pelo presidente José Sarney: Mammana, advogado e agricultor paranaense, tem íntimas ligações políticas com o senador José Richa (PMDB-PR), que é parlamentarista e votou a favor de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, domingo passado na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. O ministro da Agricultura, a quem a CFP está subordinada, reconheceu o caráter político da decisão do presidente Sarney: "Quem discorda das postulações políticas do presidente da República deveria tomar a iniciativa de deixar o governo. Eu mesmo saio se discordar. Não sair seria uma traição".

As 18h30 de ontem, ainda em seu gabinete na sede da CFP, em Brasília, Mammana Neto também assegurava que saía do cargo "por motivos políticos, e não administrativos". "Saio por ser amigo pessoal, há 25 anos, do senador José Richa. O presidente José Sarney nomeou-me e, portanto, tem todo o direito de exonerar-me do cargo". O ex-presidente da CFP disse também ser "testemunha dos esforços que o senador José Richa fez para que fosse implantado o parlamentarismo com cinco anos. Mas apesar disso, não foi encontrada uma fórmula ideal de entendimento que deixasse o presidente satisfeito. O resultado foi

o que se viu na Comissão de Sistematização".

O substituto de Mammana Neto na CFP deverá ser indicado pelo governador do Paraná, Álvaro Dias, e nomeado ainda esta semana, segundo o ministro Iris Rezende. O ministro, mesmo reconhecendo o caráter político da demissão, afirmou tratar-se de "um ato de rotina na administração pública. A Companhia de Financiamento da Produção administra a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que garante um canal permanente (o Estado) para a comercialização das safras agrícolas. Antes de iniciado o plantio de cada safra, a CFP estipula os preços mínimos de garantia para cerca de quarenta diferentes produtos de origem agropecuária. Estes valores, fixados segundo critérios técnicos e políticos, garantem uma remuneração mínima para o agricultor, caso o mercado não ofereça uma alternativa melhor, e sinalizam a disposição do governo de estimular o plantio de determinados produtos.

Os preços mínimos são garantidos constitucionalmente e seu orçamento anual, embora previsto, constitui uma conta em aberto no Tesouro da União. Teoricamente, o governo é obrigado, por lei, a adquirir toda a produção da pauta da PGPM que for ofertada pelo setor agrícola. A CFP é depositária dos maiores estoques de alimentos do país e garante o abastecimento interno em caso de frustrações de safras.

Governadores vêm presidente e insistem nos cinco anos

Três governadores que estiveram ontem com o presidente José Sarney, separadamente, saíram falando contra as eleições presidenciais marcadas pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte para o ano que vem. Álvaro Dias, do Paraná, Newton Cardoso, de Minas Gerais, e Jerônimo Santana, de Rondônia, acham que não haverá tempo de adaptar a legislação ordinária do país para realizar a eleição, e Álvaro Dias propôs: se prevalecer o parlamentarismo, tem que haver um plebiscito "para que a população diga se concorda que os atuais

congressistas governem no regime de Gabinete ou se preferem eleições gerais, inclusive para governador".

Newton Cardoso disse que é contra as eleições presidenciais em 1988 porque o PMDB não tem candidato próprio ainda e será difícil unir o partido em torno de um nome neste momento. Cardoso não deu entrevista, e sua opinião foi transmitida pelo ministro Costa Couto. "O presidente vai governar com as pessoas em quem confia", disse Álvaro Dias, que defendeu inclusive uma reforma ministerial que "dê ao governo maior eficiência".

Waldir Pires afirma não acreditar em represálias contra a Bahia

Das Sucursais de Salvador e Recife

O governador da Bahia, Waldir Pires, afirmou ontem, em Salvador (BA), que "pior do que estava não pode ficar", frase com a qual procurou ilustrar sua postura de descrença quanto à possibilidade de o governo aprovar represálias contra o Estado devido à participação do governador baiano na aprovação dos quatro anos de mandato, no domingo, pela Comissão de Sistematização. No entanto, o ministro da Irrigação, José Vicente Fialho, que chegaria anteontem à noite a Salvador, para assinar uma série de acordos com o governo da Bahia, cancelou a visita sem explicações e não atendeu a telefonema da Secretaria de Irrigação do Estado.

Após ver aprovado na Comissão de Sistematização o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), intensifica seus contatos para evitar a aprovação do

parlamentarismo. Defensor do presidencialismo com o fortalecimento do Congresso e da Federação através de uma reforma tributária, Arraes não contará com o apoio de Waldir Pires e Pedro Simon (RS), parlamentaristas quatroanistas.